BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E O ACESSO À EDUCAÇÃO NOS TERRITÓRIOS

COMMUNITY LIBRARIES AND ACCESS TO EDUCATION IN THE TERRITORIES

BIBLIOTECAS COMUNITARIAS Y EL ACCESO A LA EDUCACIÓN EN LOS TERRITORIOS

João Paulo Borges da Silveira[1]

RESUMO
Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel social das bibliotecas comunitárias no acesso à educação de forma contínua e permanente ao longo da vida, especialmente nas comunidades e territórios em que estão inseridas e se mostram essenciais. Isso ocorre porque, frequentemente, o Estado negligencia as áreas periféricas das cidades, seja por meio da precarização, seja pela inexistência de espaços culturais, educativos e de lazer, como bibliotecas, museus e teatros. Nesse contexto, os conceitos de território e cidadania emergem e se interconectam, sendo abordados sob diferentes perspectivas e níveis de complexidade. O coletivo, ao afirmar suas identidades, identifica lacunas, como a escassez de acesso à leitura e à informação, e, por meio de diversos movimentos, organiza-se e age em busca da emancipação e transformação social, bem como da garantia de seus direitos e cidadania. O papel social das bibliotecas comunitárias é destacado como o de espaços de pertencimento e promotores de equidade no acesso à leitura e à informação. Nesse processo, as práticas educativas, por meio da educação não formal, têm como base a proposta de uma educação permanente e continuada, que transcende os muros escolares, onde a leitura do mundo antecede a leitura da palavra, configurando-se como uma educação para a vida.
PALAVRAS-CHAVE: bibliotecas comunitárias; educação não formal; cidadania; território.

ABSTRACT
This work aims to reflect on the social role of community libraries in providing access to education in a continuous and lifelong manner, especially in the communities and territories where they are located and prove to be essential. This occurs because, frequently, the State neglects the peripheral areas of cities, either through precariousness or the absence of cultural, educational, and recreational spaces, such as libraries, museums, and theaters. In this context, the concepts of territory and citizenship emerge and interconnect, being addressed from different perspectives and levels of complexity. The collective, by asserting its identities, identifies gaps such as the lack of access to reading and information, and, through various movements, organizes and acts in pursuit of emancipation and social transformation, as well as the guarantee of its rights and citizenship. The social role of community libraries is highlighted as spaces of belonging and as promoters of equity in access to reading and information. In this process, educational practices, through non-formal education, are based on the proposal of a permanent and continuous education that transcends school boundaries, where the reading of the world precedes the reading of the word, shaping itself as an education for life.
KEYWORDS: community libraries; non-formal education; territory; citizenship.

RESUMEN
Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre el papel social de las bibliotecas comunitarias en el acceso a la educación de manera continua y permanente a lo largo de la vida, especialmente en las comunidades y territorios donde están ubicadas y se muestran esenciales. Esto ocurre porque, con frecuencia, el Estado descuida las áreas periféricas de las ciudades, ya sea a través de la precarización o de la inexistencia de espacios culturales, educativos y de recreación, como bibliotecas, museos y teatros. En este contexto, los conceptos de territorio y ciudadanía emergen y se interconectan, abordándose desde diferentes perspectivas y niveles de complejidad. El colectivo, al afirmar sus identidades, identifica carencias, como la falta de acceso a la lectura y a la información, y, mediante diversos movimientos, se organiza y actúa en busca de la emancipación y la transformación social, así como de la garantía de sus derechos y su ciudadanía. El papel social de las bibliotecas comunitarias se destaca como espacios de pertenencia y como promotoras de equidad en el acceso a la lectura y a la información.

[1] Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil, Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1144-784X.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

En este proceso, las prácticas educativas, a través de la educación no formal, se basan en la propuesta de una educación permanente y continua que trasciende los muros escolares, donde la lectura del mundo precede a la lectura de la palabra, configurándose como una educación para la vida.
PALABRAS CLAVE: bibliotecas comunitarias; educación no formal; territorio; ciudadanía.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No cenário de globalização, da era do conhecimento, da sociedade da informação, da aldeia global e da infodemia, o Brasil observa uma ligeira desaceleração nas taxas de desemprego, após períodos prolongados de elevação. No segundo trimestre de 2024, a taxa de desemprego alcançou 6,9% da população ativa, totalizando 7,5 milhões de brasileiros sem emprego, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Em 2020, devido à pandemia de COVID-19, o Brasil experimentou um aumento significativo no desemprego, que chegou a 13,5% da população, o que representa cerca de 13,4 milhões de pessoas desempregadas. Esse aumento foi agravado não apenas pela crise sanitária, mas também pelos desafios políticos e econômicos enfrentados pelo país.

Os dados consolidados da PNAD Contínua de 2022 e 2023 revelam que a taxa de subutilização da força de trabalho (que inclui pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou pertencentes à força de trabalho potencial) diminuiu de 20,9% em 2022 para 18,0% da população em 2023, uma queda significativa em relação aos 24,4% registrados em 2019, antes da pandemia. Apesar da melhoria observada no último ano, o IBGE destaca que, embora muitas pessoas estejam dispostas a trabalhar, ainda há uma escassez de oportunidades. Esta situação é frequentemente atribuída à falta de qualificação profissional, à preparação dos trabalhadores e à dificuldade de acesso à educação e capacitação, que muitas vezes é obstaculizada pelo próprio Estado, aquele que deveria garantir a equidade.

Embora os índices econômicos não sejam animadores, os dados no campo da Educação também são preocupantes. Segundo o relatório do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021[2], o Brasil não alcançou as metas condicionais para os Anos Finais do Ensino Fundamental (com uma média de 5,1, enquanto a meta era 5,5). A situação no Ensino

[2] BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **IDEB**: resultados e metas, 2024. Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=8016221. Acesso em: 22 ago. 2024.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

Médio é ainda mais alarmante, com uma média de 4,2, quando a meta era 5,2. Os melhores resultados foram observados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com um IDEB de 5,8 – a meta era 6,0. Esse dado pode ser interpretado como um sinal de esperança para a melhoria da qualidade da Educação Básica nas próximas gerações, desde que os números continuem a melhorar nos anos vindouros. Quanto aos dados de 2023, temos as seguintes médias para os três ciclos: 6,0 nos Anos Iniciais, 5,0 nos Anos Finais e 4,3 no Ensino Médio.

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, conduzida em 2019 e publicada em 2020, em sua quinta edição, revelou que 52% dos participantes haviam lido ao menos um livro nos três meses anteriores à coleta de dados. Entre os leitores, 20% declararam frequentar bibliotecas, mas apenas 3% utilizavam bibliotecas comunitárias. Além disso, 7% dos leitores afirmaram que a falta de bibliotecas é um dos motivos para não lerem mais. Por outro lado, entre os não leitores, 34% justificaram a ausência de leitura pela falta de tempo, enquanto 16% indicaram dificuldades como analfabetismo ou baixa proficiência em leitura.

Segundo a mesma pesquisa, o principal meio de acesso aos livros é a compra, representando 41%, enquanto apenas 7% obtêm livros por empréstimos em bibliotecas públicas ou comunitárias. Esse dado destaca o desafio do custo do livro em um país marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas. Em muitos casos, as famílias enfrentam escolhas difíceis, como entre adquirir um livro ou itens básicos, como leite e pão. Além disso, um dado alarmante mostra que 31% dos respondentes nunca compraram um livro, seja por falta de recursos financeiros, seja pela ausência de incentivo ou pelo pouco reconhecimento do valor da leitura.

A pesquisa também revelou que a média de livros lidos integralmente por indivíduo era de 2,55. Entre os participantes, 7% recorriam a bibliotecas por não poderem comprar os livros desejados, enquanto 82% afirmaram raramente ou nunca frequentar esse tipo de espaço. A justificativa mais apontada foi a falta de tempo, mas a ausência de acesso também pode ser um fator relevante. Dos respondentes que frequentam bibliotecas com alguma regularidade, 53% utilizam bibliotecas escolares ou universitárias, 54% optam pelas bibliotecas públicas e apenas 4% frequentam bibliotecas comunitárias.

Esses dados refletem um panorama marcado pelo agravamento do desemprego nos últimos anos e pelos índices ainda baixos de educação e leitura no país. De acordo com o

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas[3], existem 6.057 bibliotecas públicas no Brasil, o que equivale a aproximadamente uma unidade por município. No entanto, essa média não é uniforme, pois há cidades com mais de uma biblioteca, enquanto outras permanecem sem nenhuma, evidenciando as desigualdades na distribuição desses espaços culturais.

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica[4] de 2020, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), apenas 43,2% das escolas públicas (considerando uma média entre estaduais e municipais) possuem bibliotecas em suas instalações. Em contraste, esse percentual sobe para 64,9% nas escolas privadas. Apesar desses números, a Lei 12.244/2010 estabelece, em seu artigo 1º, que "as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei" (Brasil, 2010). O prazo inicial para o cumprimento da norma era até 2020, mas foi prorrogado para 2024. Diante disso, torna-se responsabilidade da sociedade monitorar e cobrar a implementação dessa legislação, assegurando que todas as instituições de ensino contem com bibliotecas adequadas.

Em relação às bibliotecas comunitárias, não existem dados oficiais ou diagnósticos abrangentes que permitam estimar com precisão o número desses espaços, considerando suas características específicas. A Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC)[5], um movimento autônomo e sem vínculo institucional, atua em nove estados do Brasil, contando com onze redes locais que integram 115 bibliotecas comunitárias. No entanto, esse número reflete apenas as bibliotecas vinculadas às redes locais da RNBC, já que a organização não realiza um mapeamento completo desses espaços no país. Assim, o número total de bibliotecas comunitárias no Brasil é certamente maior, permanecendo sem uma estimativa consolidada devido à ausência de diagnósticos abrangentes.

Afinal, que bibliotecas os leitores podem utilizar para atender suas diversas demandas? Seja para aqueles que buscam a leitura literária por prazer, deleite ou fruição, ou para leitores de textos mais funcionais, como jornais, receitas ou materiais de pesquisa para necessidades específicas, já que o acesso à leitura e à informação são essenciais no dia a dia.

---

[3] SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Informações das bibliotecas públicas, 2019. Disponível em: http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/. Acesso em: 22 ago. 2024.

4 BRASIL. Ministério da Educação. **Censo escolar da educação básica de 2020**: resumo técnico. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados. Acesso em: 25 ago. 2024.

5 REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS (RNBC). Redes e bibliotecas, 2024. Disponível em: https://rnbc.org.br/redes-e-bibliotecas/. Acesso em: 25 ago. 2024.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

As respostas para essa questão variam e dependem de fatores como os locais que os indivíduos frequentam, sua vinculação a alguma instituição, e se estão estudando ou trabalhando. Bibliotecas escolares, universitárias e especializadas, por exemplo, possuem públicos específicos como foco principal, embora também possam atender outras pessoas sem vínculos diretos. No entanto, essas instituições nem sempre conseguem suprir as diversas e imprevisíveis demandas que surgem com cada novo usuário, especialmente considerando as diferentes finalidades de leitura e pesquisa. Essa diversidade de necessidades aponta para a importância de ampliar e diversificar os espaços de leitura acessíveis à população.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel social das bibliotecas comunitárias no acesso à educação de forma permanente e continuada ao longo da vida, nos territórios e comunidades onde se fazem presente e necessárias, já que muitas vezes o Estado negligencia as áreas marginais das cidades de inúmeras formas, como precarizando ou inexistindo espaços culturais, de aprendizagem e de lazer, como bibliotecas, museus e teatros.

O texto está organizado em quatro seções, a saber: introdução, contextualizando a proposta de escrita; discussões em torno dos conceitos de território e cidadania, destacando como se inter-relacionam em diferentes abordagens e complexidades; aprofunda-se o debate a partir do papel social das bibliotecas comunitárias como espaços de pertencimento e busca de equidade no acesso à informação e à leitura, tendo as práticas educativas pela via da educação não formal como plano de fundo; considerações finais, retomando pontos trabalhados no texto; e finaliza-se com as referências, apresentando autores e obras que foram essenciais para a argumentação proposta por este estudo.

OS TERRITÓRIOS COMO ESPAÇOS PLURAIS E DE CONQUISTA DA CIDADANIA

Santos (2000) aborda o conceito de cidadania no contexto da globalização e da pós-modernidade, relacionando-o com a subjetividade que transcende as ideias de autonomia e liberdade, focando na autorreflexividade e na autorresponsabilidade dos indivíduos em si e na coletividade. Para o autor, a cidadania pode ser entendida como a conquista de direitos civis, sociais e políticos, assim como o cumprimento de deveres em uma sociedade específica, assegurados por instituições como o Estado. Esse processo, busca não apenas promover igualdade e equidade, mas, acima de tudo, alcançar a justiça social.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

Dessa maneira, a cidadania não é fixa ou única; ela se constrói a partir de diferentes direitos e deveres, determinados pelo contexto social e suas particularidades, assim como pelas lutas sociais empreendidas para a conquista de direitos e pela capacidade de diálogo que contribui para sua consolidação (Santos, 2000). Nesse sentido, Gohn (2005a) argumenta que o conceito de cidadania tem sido amplamente discutido nas últimas décadas e por não ser um conceito estático, ele assume significados distintos dependendo dos países e regiões, variando conforme as percepções sobre o que significa ser cidadão.

Sobre o exercício da cidadania, Santos (2000, p. 264) reflete acerca da cidadania coletiva, destacando que esta "[...] atenta às novas formas de exclusão social baseadas no sexo, na raça, na perda da qualidade de vida, no consumo, na guerra, que ora ocultam ou legitimam, ora complementam e aprofundam a exclusão baseada na classe social". Complementando essa perspectiva, Gohn (2005a, p. 26) aponta que o conceito de cidadania coletiva se desloca do enfoque clássico centrado no indivíduo para "[...] a cidadania de grupos coletivos que vivem situações similares, do ponto de vista da forma como são excluídos ou incluídos, numa dada realidade social". Essa abordagem enfatiza a necessidade de enfrentar, de forma coletiva, as barreiras impostas pela sociedade, sobretudo aquelas geradas por governos, pelo capitalismo e pela globalização.

A noção de coletividade está intrinsecamente ligada à constituição de identidades no plural, reconhecendo que cada indivíduo é único, mas simultaneamente composto por múltiplas facetas que emergem em diferentes contextos. Castells (2002) identifica três processos fundamentais na construção de identidades: as moldadas pelas estruturas de poder e dominação, em que alguns grupos exercem controle sobre a maioria; as de resistência, que fomentam a formação de comunidades de atores engajados em ações opositoras; e as identidades por projetos, caracterizadas pelo posicionamento dos indivíduos em busca de transformações na sociedade. No contexto das bibliotecas comunitárias, essas três dimensões identitárias podem coexistir e manifestar-se por meio de diversas ações e movimentos promovidos pelas comunidades e seus integrantes.

A criação de bibliotecas comunitárias não deve ser vista apenas como uma resposta imediata à carência de acesso à leitura e à informação. Nesse contexto, Fernandes e Aquino (2016, p. 84) pontuam que: "Essas carências precisam ser traduzidas em demandas, que podem ser transformadas em reivindicações e levadas adiante por uma ação coletiva", articulada pela própria comunidade. O processo que vai da carência à reivindicação exige identidades bem estabelecidas, capazes de sustentar um movimento que não apenas

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

impulsione a criação de uma biblioteca, mas também garanta sua manutenção e a continuidade de suas ações. Esse processo está frequentemente condicionado ao interesse — ou à ausência dele — dos agentes públicos em atender às solicitações de determinado grupo, seja por meio da criação de uma biblioteca pública ou pela recusa, que muitas vezes leva a sociedade a agir por conta própria.

Segundo Gohn (2005a, p. 26), "[...] os movimentos sociais, populares e não populares, rurais e urbanos, são os sujeitos históricos que construíram a expressão da cidadania coletiva". Esses movimentos se apresentam como agentes capazes de transformar a sociedade em diversas escalas e momentos. Nesse sentido, a criação de bibliotecas comunitárias pode ser entendida como um exercício coletivo que promove o estabelecimento de identidades e a prática da cidadania, orientado pelo fortalecimento da coletividade e pela garantia dos direitos da própria comunidade.

O conceito de cidadania em Paulo Freire permeia grande parte de suas obras e práticas como educador. Herbert (2010, p. 67) destaca que "[...] a cidadania em Freire é compreendida como apropriação da realidade para nela atuar, participando conscientemente em favor da emancipação". Nesse contexto, a conscientização sobre a cidadania permite que o indivíduo compreenda seus direitos e deveres como ser humano e, a partir disso, atue para transformar a realidade em que está inserido.

Adorno (2000) compreende a emancipação como uma ação social orientada para alcançar a autonomia, sendo a emancipação um passo necessário para a sua conquista. Para o autor, a transformação social ocorre por meio das relações sociais e culturais estabelecidas no e com o coletivo. Nesse mesmo sentido, Gohn (2005a, p. 33) afirma que a "[...] emancipação real é proativa, constrói-se na prática cotidiana, no jogo diário dos relacionamentos e sua meta é a autonomia dos sujeitos". Assim, a emancipação é um processo contínuo, conquistado no cotidiano, por meio das práticas sociais e políticas desenvolvidas pela e na comunidade.

Gohn (2005a, p. 33) afirma que a autonomia "[...] se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e reinterpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria". Aqui há uma forte relação com o pensamento de Paulo Freire, que enfatiza a ideia de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, e que a linguagem, por sua vez, é um instrumento essencial para que os indivíduos se expressem e se posicionem criticamente no mundo. Ambas as perspectivas destacam o papel da educação e da linguagem como meios de emancipação, permitindo ao sujeito não apenas interpretar a realidade, mas

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

também agir e transformar seu contexto de maneira consciente e autônoma.

Para Varela (2007, p. 66), ser autônomo é "[...] ser conscientemente participante da sociedade; é conhecer, através da sempre dinâmica conquista da cidadania, o papel da pessoa no coletivo; é, enfim, perceber sua função de ator histórico". A autora argumenta que a cidadania individual só se concretiza quando fundamentada no coletivo, seja na comunidade ou na classe social. Assim, a cidadania não é algo concedido pelo Estado, mas sim um direito a ser conquistado através da luta e da prática dos direitos e deveres sociais. Isso reforça a ideia de que a autonomia e a cidadania são construídas em conjunto, no processo de participação ativa no coletivo e na busca por justiça social.

Para Freire (2017, p. 58), o "[...] respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros". A autonomia refere-se à constituição dos indivíduos como cidadãos, para, então, enquanto sujeitos autônomos, poderem ajudar a modificar sua realidade e o seu território, no que tange ao seu desenvolvimento. Para o autor, a verdadeira autonomia não é um presente concedido, mas um direito que deve ser assegurado, pois é a partir dele que os indivíduos se tornam agentes ativos na transformação da sociedade, contribuindo para a construção de um mundo mais justo e democrático.

O desenvolvimento local pode abranger toda a comunidade, ainda que seja percebido de maneiras diferentes e respeitando as particularidades de cada indivíduo. A comunidade se desenvolve quando seus membros reconhecem seus direitos e deveres, por meio da cidadania, e tomam consciência de seu papel político-participativo, o que se torna possível pela autonomia conquistada, especialmente quando os sujeitos se sentem autônomos. Nesse sentido, as bibliotecas comunitárias, de forma direta ou indireta, podem ser consideradas como projetos de desenvolvimento local, dado que a relação estabelecida por meio de seus serviços e práticas educativas ofertadas podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus usuários, promovendo o bem-estar social e o fortalecimento da cidadania.

Knopp (2008) apresenta algumas considerações sobre o conceito de desenvolvimento local que são fundamentais para a compreensão do processo, especialmente no contexto das bibliotecas comunitárias. O autor destaca, que o desenvolvimento local deve ser entendido dentro de um contexto espacial e temporal, ou seja, ele varia conforme a realidade de cada comunidade. Em segundo lugar, que o desenvolvimento local é uma transformação social, conceito que também é defendido por autores como Machado (2008, 2009) e Gorosito López (2009), que associam a transformação comunitária às bibliotecas comunitárias, as quais

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

podem promover um desenvolvimento social significativo. O terceiro ponto é a importância da participação ativa de diversos atores nos processos de desenvolvimento, como os criadores das bibliotecas comunitárias. Essa participação é essencial para que o desenvolvimento ocorra de forma individual, em primeiro momento, para então se expandir para o coletivo, fazendo com que todos se sintam representados e parte do processo.

Por fim, Knopp (2008) traz o conceito de território, destacando que a comunidade e o seu território desempenham papel fundamental no desenvolvimento local, pois é a partir desse espaço que as ações de transformação e a construção da cidadania se concretizam. Assim, as bibliotecas comunitárias se inserem como instrumentos de desenvolvimento local, ao promoverem uma transformação social dentro de seu território.

Pecqueur (2005) propõe o conceito de 'desenvolvimento do território' como uma abordagem que dinamiza a relação entre espaço e tempo, destacando a importância dos atores sociais mobilizados nesse processo. Segundo o autor, o desenvolvimento territorial é um processo contínuo, em permanente construção, e sua essência está na mobilização dos atores locais para criar uma estratégia de adaptação aos limites externos, com base em uma identificação coletiva com uma cultura e um território específico. Essa mobilização busca gerar mudanças significativas para a comunidade, enfatizando a importância de uma ação coletiva que leve em conta as características únicas de cada território. Assim, as bibliotecas comunitárias, ao atuarem no território, podem ser vistas como elementos que participam desse processo de mobilização, contribuindo para a transformação social e para o desenvolvimento local, respeitando e promovendo a cultura e as necessidades da comunidade.

O conceito de desenvolvimento do território, possibilita que os atores locais elaborem ações que sejam significativas para o contexto específico de sua comunidade, diferenciando esse território dos demais. Pecqueur (2005) também distingue entre território dado e território construído. O primeiro é aquele delimitado de maneira política e administrativa, enquanto o território construído é o espaço resultante das melhorias e transformações feitas pelos próprios atores sociais, fruto de suas conquistas e esforços coletivos.

O desenvolvimento do território, portanto, exige a cooperação entre diferentes atores, cujos interesses nem sempre são idênticos, mas que podem encontrar áreas de convergência em novos projetos, de modo que todos se beneficiem da 'atmosfera' gerada por essas iniciativas colaborativas. Como apontam Carrière e Cazella (2006), essa cooperação possibilita a geração de iniciativas inovadoras que beneficiam não apenas uma parte da comunidade, mas, idealmente, todos os seus membros. Esse processo se alinha com a ideia de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

que as bibliotecas comunitárias, enquanto espaços de ação coletiva, podem contribuir para a transformação e o desenvolvimento social do território, engajando os diversos atores locais na criação e manutenção de iniciativas que atendam às necessidades e potencializem as capacidades da comunidade.

O conceito de desenvolvimento territorial, ganha relevância como um processo contínuo de acumulação de capacidades, com o objetivo de melhorar, de forma coletiva, o bem-estar econômico e social de uma comunidade (Albuquerque; Costamagna; Ferraro, 2008). Este processo não se restringe apenas a aspectos econômicos, mas também abrange dimensões sociais, culturais, ambientais e políticas, buscando garantir direitos para a comunidade e promovendo, assim, a justiça social. Através dessas múltiplas dimensões, o desenvolvimento territorial oferece uma abordagem integrada para a melhoria das condições de vida e o fortalecimento da cidadania, elementos centrais na atuação das bibliotecas comunitárias, que podem desempenhar um papel crucial ao oferecer espaços de aprendizado, cultura e participação.

Gohn (2005b) destaca que, desde o final do século XX, o conceito de comunidade passou por um processo de transformação, sendo ressignificado e compreendido como uma força local organizada. Essa nova definição da comunidade reflete a capacidade de interagir com os poderes constituídos, tanto dentro quanto fora de seus limites. Na mesma linha de raciocínio, Santos (2008, p. 96), afirma que esses espaços são "[...] a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele flui", representando uma marca identitária de pertencimento a algo maior, a um chão, a um grupo.

O território não é, portanto, um espaço homogêneo e isento de disputas; ele é vivido por diferentes sujeitos, e as relações que se estabelecem ou podem se estabelecer nele são permeadas por conflitos. Esses conflitos podem envolver aqueles que já residem no território e aqueles que são externos a ele, manifestando-se de várias formas, como nas disputas pelo uso dos espaços ou na disputa de poder, envolvendo tanto atores locais como o Estado e o poder paralelo, por exemplo. A construção de identidade e pertencimento dentro de um território, é um processo dinâmico que envolve o reconhecimento das tensões sociais e a busca por justiça e equidade entre seus habitantes.

Os conceitos de comunidade e território se relacionam e se complementam, pois ambos envolvem um grupo de cidadãos que vivem e atuam em um determinado local e contexto, com o objetivo comum de alcançar a cidadania plena e em prol da conquista e da garantia de seus direitos diante dos poderes públicos. E quando isso não acontece, enquanto

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

agentes sociais ativos, a comunidade define suas metas, como, por exemplo, a criação de bibliotecas comunitárias nos territórios, para contribuir com o acesso à educação e a cultura, direitos de todos, mas que nem sempre são garantidos como deveriam.

BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

As bibliotecas são reconhecidas como espaços sociais e culturais que desempenham uma série de funções importantes, como selecionar, armazenar, organizar, preservar, disponibilizar e disseminar diversos materiais. Essas atividades têm como objetivo atender as necessidades informacionais, educacionais e recreativas, sempre considerando o público-alvo e seu potencial. No entanto, nem todas as bibliotecas têm como característica ou missão atender a *todos*. Esse papel, em princípio, cabe às bibliotecas públicas, devido à sua ligação com os poderes públicos e à sua missão de inclusão e acesso universal. Além disso, as bibliotecas públicas são geralmente os espaços mais acessíveis e presentes no cotidiano das cidades — ou, ao menos, deveriam ser.

A biblioteca pública é vista como um espaço que garante igualdade de acesso para todos os cidadãos, sem discriminação de idade, raça, sexo, gênero, orientação, crença, *status* social, entre outros. Sua principal característica é oferecer à comunidade uma ampla gama de conhecimentos, por meio de acervos generalistas, que buscam atender às diversas demandas da população, dentro das limitações de recursos e espaço. Nesse contexto, é considerada, em sua essência, um ambiente democrático, destinado a abranger toda a sociedade e a promover o acesso universal à cultura e à educação.

O Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Biblioteca Pública (1994, p. 1), a define como "[...] o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros". Este conceito é amplo e abrange todas as unidades de caráter público em suas funções, independentemente de sua instituição mantenedora. Assim, uma biblioteca escolar municipal, embora vinculada ao poder público, não é considerada uma biblioteca pública no sentido estrito do conceito, pois ela atende a um público segmentado, ou seja, a comunidade escolar, e não a população em geral. Portanto, o conceito de biblioteca pública está relacionado à acessibilidade universal, enquanto bibliotecas com perfis específicos atendem a grupos mais restritos.

As bibliotecas públicas são espaços criados e mantidos por entes públicos com o objetivo de atender a todos aqueles que necessitam de informação. Nesses locais, qualquer

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

pessoa pode acessar seus produtos e serviços sem a necessidade de vínculo formal com uma instituição, bastando, geralmente, realizar um cadastro para utilizar determinados recursos, como o empréstimo domiciliar de materiais.

Com um rol de missões tão amplo, espera-se que as bibliotecas públicas mantenham acervos variados e, muitas vezes, generalistas. Isso ocorre porque as demandas dos usuários podem ser tão diversas quanto uma leitura literária, a consulta a um jornal diário, uma receita de bolo ou até uma pesquisa escolar. Este último exemplo ilustra um de seus desafios, que muitas vezes assumem a função de atender à demanda por pesquisa escolar, especialmente diante da inexistência ou precariedade das bibliotecas escolares, um problema particularmente substancial nas escolas públicas. Assim, as bibliotecas públicas se tornam, muitas vezes, a única alternativa acessível para o apoio educacional e informativo da comunidade.

Flusser (1980) destaca a importância do não-público, ou seja, daqueles cidadãos marginalizados e esquecidos pelo sistema. Ele argumenta que não basta ter uma biblioteca aberta; é necessário que as pessoas se sintam confortáveis para utilizar o espaço. Se nem todos conhecem, exploram e se sentem pertencentes à biblioteca, ela de fato não será pública, ou, pelo menos, não será acessível a todos. Romper as barreiras que impedem o acesso do não-público às bibliotecas, especialmente às públicas, é uma tarefa desafiadora, pois cada indivíduo tem suas próprias justificativas e obstáculos para não utilizar esses espaços.

Nas últimas décadas, com a (pseudo) democratização da *internet* e o aumento do acesso à informação, também se intensificou o processo de desinformação. As *fake news* — termo usado para descrever informações falsas que sempre existiram, mas que se potencializaram com a *internet* e as redes sociais — chegaram para desequilibrar o jogo entre verdades e pós-verdades. Esse fenômeno tem gerado desafios significativos, uma vez que a disseminação rápida e ampla de conteúdos falsos ou distorcidos prejudica o discernimento e a confiança pública, confundindo a linha entre o que é factual e o que é manipulado.

A Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (Retratos [...], 2020), revela desafios no acesso à leitura, onde cerca de 7% dos participantes afirmaram que não leram mais nos últimos três meses antes da pesquisa porque não havia uma biblioteca próxima. Além disso, 30% precisaram devolver à biblioteca o livro que estavam lendo, interrompendo assim sua leitura. Quanto ao acesso à materialidade do livro, 18% dos respondentes afirmaram ter acesso a livros por meio da biblioteca da escola, e 7% por meio de bibliotecas públicas ou comunitárias, embora o dado não especifique a distribuição entre os diferentes tipos de biblioteca. Por fim, 56% dos participantes veem a biblioteca como um espaço quase exclusivo

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

para pesquisa e estudo, associado ao silêncio, sendo muitas vezes considerado um lugar frio e esquecido no tempo e na paisagem das cidades. Esses dados evidenciam as limitações no acesso e na percepção pública sobre o papel das bibliotecas.

Os dados da Pesquisa Retratos da Leitura ainda mostraram que 86% dos respondentes afirmaram que não há biblioteca comunitária em seu bairro ou desconhecem a sua existência. Em relação às públicas, o percentual caiu para 53%, mas, mesmo assim, 82% nunca frequentaram ou raramente frequentam bibliotecas em suas diversas modalidades. Um dado particularmente significativo foi que 19% dos participantes afirmaram que, se as bibliotecas fossem mais próximas de suas casas ou tivessem fácil acesso, seriam utilizadas com maior frequência. Este dado revela um desejo de frequentar e utilizar as bibliotecas, mas também destaca que a biblioteca pública, embora essencial, nem sempre consegue alcançar toda a população de maneira eficaz, como seria ideal. Isso evidencia a necessidade de uma distribuição mais equitativa e acessível dos espaços de leitura e conhecimento.

Reconhece-se o empenho, em geral, das bibliotecas públicas em oferecer produtos e serviços que atendam, ao menos em parte, às demandas das comunidades. A crítica não se dirige às potencialidades das bibliotecas públicas nem se trata de uma simples crítica sobre o que elas deixam de fazer ou oferecer. Entende-se que as condições muitas vezes são desfavoráveis, como a falta de apoio tanto do poder público quanto da sociedade, além da escassez de recursos financeiros, humanos e estruturais.

Compreende-se, no entanto, que fugir ou ignorar a reflexão sobre o atendimento ‘a todos’ nas bibliotecas públicas pode contribuir para os baixos índices de leitura no país e seria abster-se da ação necessária para promover o acesso universal à informação e à cultura. Nesse contexto, é fundamental que se busque, de forma crítica e consciente, a melhoria do acesso e a ampliação da inclusão social nas bibliotecas, para que elas cumpram sua missão de atender a todos, sem exceções, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais informada e participativa, potencial das bibliotecas comunitárias.

Machado (2008, p. 16), define as bibliotecas comunitárias como espaços criados por meio de ações locais “[...] baseadas em atitudes criativas e solidárias, lideradas por grupos que tomam para si o desafio de solucionarem a carência da leitura e do acesso à informação, numa luta contra a crescente exclusão social”. Nessa conjuntura, emergem como uma resposta ao desconforto das comunidades em relação ao posicionamento social que ocupam — ou, mais precisamente, àquele em que são colocadas. Surgem como uma forma de resistência contra a exclusão social imposta por uma sociedade já marcada pela desigualdade, oferecendo um

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

ponto de acesso à leitura e à informação para aqueles à margem do desenvolvimento social.

Outros pontos importantes para a caracterização das bibliotecas comunitárias incluem:

1) São criadas pelas comunidades e não para elas: surgem a partir de uma demanda real e coletiva da própria comunidade, com base em suas necessidades, interesses e contextos específicos. Elas não são uma imposição externa, como um projeto do poder público sem levar em consideração o desejo e as particularidades da população local. Em vez disso, são iniciativas que nascem do envolvimento ativo e do protagonismo da comunidade, que identifica a necessidade de um espaço para leitura, informação e cultura, e assim, trabalha de forma colaborativa para construí-lo e mantê-lo. Isso assegura que a biblioteca seja algo desejado, relevante e ajustado às necessidades da população;
2) As bibliotecas comunitárias como espaços de resistência e luta por justiça social: desempenham um papel importante de resistência, onde as comunidades lutam por seus direitos, buscam visibilidade e expressam suas demandas por justiça social e cidadania. Não são apenas locais de acesso à informação, mas também onde se fortalece a luta por equidade, inclusão e igualdade de oportunidades. Tendo a equidade como uma de suas metas centrais, essas bibliotecas se tornam pontos de encontro e ação da coletividade, promovendo acesso à educação, cultura e informação, atuando diretamente no fortalecimento da cidadania e na redução das desigualdades, refletindo as preocupações sociais e os anseios das comunidades em que estão inseridas;
3) A biblioteca é da comunidade e cabe a ela a sua gestão: são, por essência, espaços pertencentes à comunidade, e é ela própria que assume a responsabilidade por sua gestão, organização, preservação e manutenção. Esse envolvimento direto assegura que esteja alinhada com os valores, necessidades e interesses locais, criando um vínculo forte de identidade e pertencimento. Cada biblioteca comunitária, portanto, carrega as características culturais, sociais e históricas da comunidade que a criou e a mantém, o que se reflete nas coleções, nos serviços oferecidos e nas práticas adotadas. As coleções, por exemplo, podem ser compostas por materiais que atendem às demandas específicas dos moradores, e as atividades culturais e educacionais podem ser moldadas pelas tradições e pelo contexto local, garantindo que a biblioteca seja um reflexo genuíno e relevante da sua comunidade;
4) Localizam-se em áreas periféricas, com acessos limitados: frequentemente se

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

encontram em áreas muitas vezes negligenciadas em termos de infraestrutura e acesso a recursos culturais. Essas regiões, ao contrário dos centros urbanos, onde estão concentrados museus, teatros, cinemas e outras instituições culturais, carecem de espaços que promovam a diversidade cultural e o lazer. Cumprem um papel essencial ao oferecer um ponto de acesso à leitura e à informação, se tornam, assim, espaços fundamentais de inclusão social e de democratização do acesso também à educação e à cultura;

5) Criadas pelas comunidades e não por órgãos públicos: ao contrário das bibliotecas públicas, que são criadas e mantidas por órgãos públicos, as comunitárias surgem de iniciativas locais, impulsionadas pela própria comunidade. Elas são fruto da mobilização de grupos que, diante de suas carências, tomam para si a responsabilidade de criar e manter esse espaço. Esse fator é fundamental para diferenciá-las das bibliotecas públicas, pois elas não dependem do poder público para sua existência ou gestão. Em vez disso, as bibliotecas comunitárias são moldadas pelas necessidades, valores e realidades da comunidade, o que as torna mais próximas, acessíveis e relevantes para os moradores locais.

As bibliotecas comunitárias surgem como uma proposta que reflete os desejos e as necessidades do grupo, independentemente da sua escala, sendo adaptada de acordo com os recursos e as aspirações da comunidade. Ao criar a biblioteca, a comunidade não apenas atende a uma necessidade de acesso à leitura e à informação, mas também promovem transformações tanto no nível individual quanto coletivo, fortalecendo a identidade da própria comunidade, ampliando as possibilidades de aprendizado e desenvolvimento social.

O enraizamento comunitário e a sensação de pertencimento são aspectos fundamentais nas bibliotecas comunitárias, pois atuam como espaços de reconhecimento e valorização das identidades locais. Esses ambientes permitem que as pessoas se conectem com o território e com a própria comunidade, ao mesmo tempo em que promovem o respeito às diferenças entre grupos diversos. Conforme destacam Fernandez, Machado e Rosa (2018), essas questões internas da comunidade podem fortalecer a identificação coletiva e fomentar convergências de pensamentos e ações, essenciais para o desenvolvimento e a coesão social. A biblioteca, nessa esfera, se torna um instrumento para a promoção do diálogo, da compreensão mútua e da reflexão sobre as exclusões e violações sociais, auxiliando no fortalecimento da própria comunidade e na promoção de práticas que atendam às necessidades informacionais, culturais

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

e educativas do grupo. Ao focar nas demandas locais e nas práticas inclusivas, a biblioteca comunitária se configura como um ponto de resistência e de transformação social.

Mais do que simples espaços de incentivo à leitura, as bibliotecas comunitárias se transformam em centros dinâmicos de atividades que atendem às diversas necessidades e interesses de suas comunidades. Elas oferecem uma gama de atividades, como oficinas de dança, canto, artesanato, e promovem palestras sobre temas como saúde, emprego, serviços públicos, entre outros, que são fundamentais para a educação e o bem-estar social. Essas ações, ao promoverem o acesso à informação e a participação ativa, não apenas fomentam a leitura, mas também desempenham um papel crucial na promoção dos direitos sociais. Dessa forma, as bibliotecas comunitárias contribuem para a constituição e afirmação da cidadania, tornando-se pontos de apoio para o fortalecimento do tecido social e a luta por igualdade e inclusão, além de facilitar o exercício da cidadania e da consciência social.

Salcedo e Alves (2015) destacam que o acesso à leitura literária, dentro do contexto das bibliotecas comunitárias, pode ser um instrumento poderoso na promoção dos Direitos Humanos, funcionando como uma ferramenta de Educação não formal. Eles argumentam que a literatura deve ser vista como um direito de todos, uma porta de acesso ao conhecimento, à reflexão e ao desenvolvimento pessoal e coletivo.

No mundo contemporâneo, que em grande parte é estruturado e marcado pela alfabetização, a leitura e a escrita são habilidades essenciais para a plena participação na sociedade. Aqueles que não dominam essas competências muitas vezes se veem excluídos de diversas oportunidades — educacionais, profissionais, culturais e sociais — o que limita seu exercício pleno da cidadania. Portanto, garantir o acesso à leitura em suas diversas formas, seja literária, informacional ou técnica, é garantir que os indivíduos possam acessar e moldar o mundo à sua volta, abrindo portas para uma participação ativa e consciente na sociedade.

Candido (2011) aborda a literatura como um direito humano fundamental, essencial para a humanização do indivíduo. Para ele, a literatura não se limita a ser uma forma de entretenimento, mas se configura como uma ferramenta indispensável para a instrução e a educação. Ela possui o poder de moldar a personalidade, os sentimentos e a visão de mundo das pessoas, proporcionando uma compreensão mais profunda de si mesmas e da realidade ao seu redor. Ao afirmar que "[...] negar a fruição da literatura é mutilar nossa humanidade" (Candido, 2011, p. 188), o autor ressalta que a literatura tem o potencial de libertar e humanizar, permitindo que os indivíduos se tornem mais completos e conscientes. Dessa forma, negar o acesso à literatura é, de certa forma, negar o pleno desenvolvimento humano,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

limitando a capacidade de pensamento crítico, de empatia e de transformação social.

As práticas educativas promovidas pelas bibliotecas comunitárias, desempenham um papel fundamental no acesso à leitura e à informação, cumprindo, assim, a função de garantir a humanização mencionada por Candido (2011). Por meio da leitura também como fruição, essas bibliotecas oferecem aos indivíduos a oportunidade de se desvencilharem, em determinados momentos, da realidade imediata, permitindo uma conexão mais profunda com o conteúdo literário. Ao mesmo tempo, essas práticas vão além do prazer pela leitura, também contribuindo para o desenvolvimento de uma leitura crítica do mundo e do entorno. Como destaca Freire (2011), a leitura se torna uma ferramenta poderosa para entender, questionar e reescrever a realidade, dando aos leitores a capacidade de refletir sobre sua vida e a sociedade ao seu redor, buscando transformações significativas. Dessa forma, as bibliotecas comunitárias se estabelecem como espaços que não apenas oferecem acesso à informação, mas também incentivam o exercício do pensamento crítico, o que é essencial para a construção de uma cidadania plena e transformadora.

A Educação formal, ou escolarizada, ainda não é um bem ou direito amplamente reconhecido e acessível a todos, especialmente em diversos recantos do Brasil. Apesar de a educação ser um dever do Estado, nas diferentes esferas de governos, a escola ainda está distante de muitas crianças e adolescentes, tanto nas pequenas quanto nas grandes cidades. Essa distância não se deve apenas à falta de vagas ou ao problema do transporte, mas também à necessidade de sobrevivência.

Além disso, a precarização nos últimos anos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que busca oferecer uma segunda chance de escolarização a quem não teve acesso à educação na idade ‘adequada’, torna mais grave essa situação, comprometendo o direito de muitos à educação de qualidade e à formação plena. Essa realidade expõe uma falha estruturante do sistema educacional, que não consegue atender as necessidades da população mais vulnerável, limitando suas oportunidades e perspectivas.

Se a dificuldade de acesso à educação formal ainda persiste, há 30 ou 50 anos essa realidade era ainda mais marcante para muitos de nossos pais e avós, que, em sua maioria, se constituíram por meio de múltiplas formas de educação: formal, informal e não formal, como diria Paulo Freire. Dentro da educação não formal, as bibliotecas comunitárias desempenham um papel crucial. Elas têm sido fundamentais na formação de sujeitos que foram privados da educação formal, não como uma substituição, mas como um complemento, oferecendo meios para que aqueles sem acesso ao ensino regular pudessem se desenvolver, aprender e se

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

engajar com o mundo ao seu redor.

A educação não formal pode ser compreendida como "[...] o conjunto de processos, meios e instituições específicas e diferencialmente concebidas em função de objetivos explícitos de formação ou instrução não diretamente voltados à outorga dos graus próprios do sistema educacional regrado" (Trilla, 2008, p. 42). Complementando essa visão, a educação não formal compreende as atividades e experiências diversas e de cunho educativo, realizadas fora do ambiente escolar, como bibliotecas, museus ou práticas esportivas, por exemplo.

Assim, a educação não formal se manifesta em diversos contextos, como: no campo da formação para o trabalho, na qual se visa a constituição e preparação dos trabalhadores; no lazer e na cultura, durante o tempo livre, atendendo ao desejo e ao direito ao acesso à cultura e ao entretenimento; na educação social, que se dá por meio de instituições, organizações não-governamentais e programas voltados a pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade ou conflito social; e também no contexto escolar, por meio de atividades extracurriculares ou oferecidas por agentes externos à escola.

No contexto das bibliotecas comunitárias, a educação não formal se insere especialmente no âmbito do lazer e da cultura, promovendo o acesso à leitura e à informação para todas as faixas etárias, como uma oportunidade de educação permanente e continuada. Além disso, dependendo do público atendido, ela pode contribuir para o processo de educação formal, principalmente no apoio ao aprendizado, e para a educação social, visto que muitas bibliotecas comunitárias estão localizadas em áreas com altos índices de vulnerabilidade social, marcadas por conflitos como violência urbana ou doméstica, por exemplo.

A educação não formal realizada nas bibliotecas comunitárias, considerando suas características, pode ser entendida também como educação popular, seja em sua totalidade ou em parte das práticas propostas e realizadas. No entanto, é importante destacar que, como afirmam Paulo, Nachtigall e Gões (2019), nem toda educação não-escolarizada pode ser classificada como educação popular. Ainda assim, este conceito se aplica a muitas das práticas educativas ofertadas pelas bibliotecas comunitárias, que buscam promover a conscientização e a participação ativa dos indivíduos, além de respeitar e valorizar os saberes locais e as experiências da comunidade.

Brandão (2006), destaca pontos referenciais nas práticas via educação popular: 1) trata-se de uma teoria que articula educação e cultura, vinculando prática e trabalho político popular, com o objetivo de transformar a realidade e promover a libertação, por meio do diálogo entre os seres humanos e a sociedade; 2) configura-se como uma educação

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

libertadora, construída a partir do trabalho com o povo; 3) é uma educação politicamente instrumentalizada, voltada para a conscientização e a politização, gerando um novo saber a partir da relação entre educadores e educandos; e 4) expande-se além do espaço tradicional da sala de aula, realizando-se em diversas situações e práticas cotidianas, como atividades potencialmente oferecidas pelas bibliotecas comunitárias, caracterizando-se, portanto, como ações de educação não formal.

Também é possível compreender a educação popular como um saber local, regional e comunitário, que é compartilhado, construído e ampliado pelas pessoas que convivem, circulam e transformam o território, assim, as bibliotecas se constituem e são constituídas por esses saberes. Ainda, Brandão (2006, p. 75) pontua que "[...] a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares por meio da educação", sendo um trabalho de luta em prol do reconhecimento de direitos, impulsionado pelos movimentos da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas comunitárias não atendem apenas aos que não tiveram acesso à escola, mas a todos que buscam se desenvolver como cidadãos críticos, conscientes e reflexivos. Ao oferecerem acesso à leitura, à informação, à cultura e à educação, as bibliotecas comunitárias funcionam como locais de construção de conhecimento, contribuindo para o empoderamento das comunidades. Elas são, assim, um espaço de resistência e fortalecimento de uma educação plena, que vai além dos muros da sala de aula, oferecendo ferramentas para que os indivíduos compreendam, questionem e reescrevam suas realidades e seu lugar na sociedade.

É necessário compreender que o aprender não acontece apenas em determinadas fases da vida, como no período escolar. Para além dos conteúdos curriculares, aprende-se no dia a dia, no contato com o coletivo, sobre diferentes assuntos e por múltiplas linguagens, a partir de aspectos sociais que busquem olhar e atendem a uma diversidade de públicos e necessidades. Sobretudo, aprende-se sobre e com a vida, sobre cidadania, política, ética, direitos e deveres. A educação permanente atende a pessoas de todas as idades e públicos, abordando temas variados que se adaptam às necessidades locais e temporais. Sua base está na ideia de que nunca é tarde para aprender, ensinar ou compartilhar conhecimentos.

Neste sentido, as bibliotecas comunitárias, construídas como espaços sociais inseridos em territórios, na maioria das vezes periféricos e marginalizados, se constituem ambientes

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

propícios para que atividades educativas não formais atendam diferentes demandas populares. O aprender é necessário, é agora e deve ser contínuo ao longo da vida, que nos exige constantes transformações e adaptações no complexo caleidoscópio social, político e econômico em que estamos inseridos, para não apenas sofrermos os reflexos de suas ações, mas para trabalharmos na construção de uma sociedade mais justa, diversa e equânime, que não somente queremos, mas precisamos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.

ALBUQUERQUE, Francisco; COSTAMAGNA, Pablo, FERRARO, Carlo. **Desarrollo local, descentralización y democracia:** ideas para un cambio. Buenos Aires: UNSAM, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil—03/—ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 16 jun. 2022.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, A. (Org.). **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 171-193.

CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir Antonio. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. esp., p. 26-47, 2006. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/revista_eisforia_n4.pdf. Acesso em: 5 maio 2024.

CASTELLS, Manuel. **Era da informação**: economia, sociedade e cultura – o poder da identidade. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

FERNANDES, Walisson Pereira; AQUINO, Alysson Eduardo de Carvalho. **Movimentos sociais**: um apanhado geral de sua influência e sua importância para o Serviço Social. Curitiba: InterSaberes, 2016.

FERNANDEZ, Cida; MACHADO, Elisa Campos; ROSA, Ester. **O Brasil que lê**: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores. Olinda: CCLF; Brasil: RNBC, 2018.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se complementam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 55. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. revis. São Paulo: Cortez, 2005a.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005b.

GOROSITO LÓPEZ, Antonio. La biblioteca centro del que-hacer comunitario. **Serie Bibliotecología y Gestión de Información**, Santiago/Chile, n. 49, out, 2009. Disponível em: http://eprints.rclis.org/13533/1/Serie_N%C2%BA_49-_Octubre_N%C2%B02009_-_Gorosito.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

HERBERT, Sérgio Pedro. Cidadania. In: ____. STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 67.

KNOPP, Glauco da Costa. **Cultura e desenvolvimento local**: um estudo do Programa Bairro-escola da cidade de Nova Iguaçu. 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2008. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3304. Acesso em: 3 nov. 2024.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, 2008. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/pt-br.php. Acesso em: 14 set. 2018.

MACHADO, Elisa Campos. Uma discussão acerca do conceito de Biblioteca Comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1976. Acesso em: 15 set. 2018.

MANIFESTO IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. 1994. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf. Acesso em: 17 set. 2018.

PAULO, Fernanda Santos; NACHTIGALL, Nara Rosana Godfried; GÕES, Taís Pereira. Educação popular e educação social a partir de Paulo Freire: conceitos em disputas ou complementares? **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 1, p. 43-62, 2019. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/viewFile/4535/2693. Acesso em: 17 out. 2019.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande/PB, v. 24, n. 1-2, p. 10-22. jan./dez., 2005. Disponível em: http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243/225. Acesso em: 5 out. 2021.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025

RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL. 5. ed. 2020. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/12/5a_edicao_Retratos_da_Leitura-_IPL_dez2020-compactado.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

SALCEDO, Diego Andres; ALVES, Mariana. O papel da biblioteca comunitária na construção dos Direitos Humanos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v, 13, n, 3, p. 561-578, set./dez. 2015. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8635770. Acesso em: 5 set. 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e a política na pós-modernidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

TRILLA, Jaume. A educação não-formal. *In*: ARANTES, V. A. (Org.). **Educação formal e não-formal**. São Paulo: Summus, 2008. p. 15-58.

VARELA, Aida. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

SOBRE O AUTOR

João Paulo Borges da Silveira
Docente na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Bibliotecário-documentalista na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em Educação; Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural; Especialista em Gestão em Arquivos, em Educação e Sociedade e em Letramento Informacional; e, Bacharel em Biblioteconomia e em Sociologia.
E-mail: jpbsilveira@ucs.br

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 225-246, jan./abr. 2025.
Recebido em: 30/11/2024 | Aceito em: 15/04/2025